



Prefeitura de São José de Ubá - RJ
Agente de Combate a Endemias

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de texto, variações linguísticas, funções da linguagem, tipos e gêneros textuais, coesão e coerência textuais.....	1
Ortografia (conforme as regras do Acordo Ortográfico vigente): emprego de letras, uso de maiúsculas e minúsculas, acentuação tônica e gráfica, e pontuação.....	6
Fonologia: letra e fonema, encontros vocálicos/consonantais e dígrafos.....	13
Morfologia: elementos mórficos, estrutura e processos de formação de palavras.....	15
classes de palavras.....	17
Sintaxe: termos da oração, períodos simples e compostos, orações coordenadas e subordinadas.....	28
regência nominal e verbal.....	36
crase.....	38
Semântica: significação dos vocábulos, denotação, conotação, sinonímia, antonímia, homonímia e paronímia; polissemia e ambiguidade.....	39
sentidos e usos das figuras de linguagem.....	41
concordâncias nominal e verbal.....	46
Exercícios.....	48
Gabarito.....	57

MATEMÁTICA (RACIOCÍNIO LÓGICO)

Conjuntos: Noção de conjunto. Relação de inclusão. Operações com conjuntos.....	1
Conjuntos numéricos e aplicações: Números Naturais. Números Inteiros. Números Racionais. Números Irracionais. Números Reais. Módulo de um número real. Intervalo real. Operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação).....	7
Logaritmo.....	24
Notação científica.....	25
Expressões numéricas. Expressões algébricas.....	25
Sistema de medidas legais.....	30
Relações entre grandezas.....	35
Razão e proporção: Grandezas diretamente e inversamente proporcionais. Regra de três simples. Regra de três composta.....	39

SUMÁRIO



Equações. Inequações	43
Funções: Conceito. Estudo do domínio. Imagem. Gráfico. Crescimento e decrescimento. Estudo do sinal. Funções sobrejetora, injetora e bijetora. Função Composta. Função Inversa. Função Modular. Função Afim. Função Quadrática. Função Exponencial. Função Logarítmica	52
Sequências. Progressão Aritmética. Progressão Geométrica.....	67
Relações métricas e trigonométricas no triângulo: Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras. Relações métricas no triângulo retângulo. Relações trigonométricas no triângulo retângulo. Relações trigonométricas em um triângulo qualquer	71
Trigonometria na circunferência: Circunferência (arcos e ângulos). Ciclo trigonométrico. Equações trigonométricas. Inequações trigonométricas. Funções trigonométricas: Função Seno. Função Cosseno	75
Estatística: Medidas de posição. Medidas de dispersão. Gráficos. Tabelas	81
Matemática Financeira: Sistema monetário brasileiro. Porcentagem. Juro simples. Juro composto	91
Análise combinatória. Probabilidade	98
Matrizes. Determinantes. Sistemas lineares	104
Geometria plana: Noções fundamentais. Congruência. Semelhança. Ângulos. Polígonos. Área de polígonos. Área do círculo. Perímetro.....	115
Geometria espacial: Posições relativas no espaço. Poliedros. Prismas. Pirâmides. Cilindro. Cone. Esfera	125
Raciocínio lógico	137
Resolução de problemas matemáticos	140
Exercícios	145
Gabarito.....	155

LEGISLAÇÃO (LOM)

Lei Orgânica do Município atualizada	1
--	---

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Princípios e Diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Lei Orgânica da Saúde (Lei 8.080 e 8.142/90)	1
Visita Domiciliar	21
Avaliação das áreas de risco ambiental e sanitário	22
Noções de ética e cidadania	23
Noções Básicas de epidemiologia.....	25
meio ambiente	36
saneamento.....	37
noções básicas sobre doenças de notificação compulsória	39
Leishmaniose	41



Esquistossomose	44
Dengue	45
Zika	49
Chikungunya.....	52
Febre Amarela	53
Febre Maculosa.....	54
Cólera	56
Doença de Chagas.....	57
Definição: Larva, Pupa e Habitat; Medidas de Controle Mecânico e Químico, Área de Risco.....	58
Febre Amarela	58
Zica Virus.....	58
Febre Chikungunya	58
Malária, dentre outras.....	59
Zoonoses	59
Coleta seletiva do lixo.....	60
Controle de vetores, roedores e animais peçonhentos em estabelecimentos comerciais e residências	62
Lei ordinária nº. 11.350 e suas alterações	62
Lei 13.595/2018.....	72
Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017.....	78
Exercícios	114
Gabarito.....	120

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Matemática (Raciocínio Lógico)

Conjunto está presente em muitos aspectos da vida, sejam eles cotidianos, culturais ou científicos. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar a lista de amigos para uma festa agrupar os dias da semana ou simplesmente fazer grupos.

Os componentes de um conjunto são chamados de elementos.

Para enumerar um conjunto usamos geralmente uma letra maiúscula.

Representações

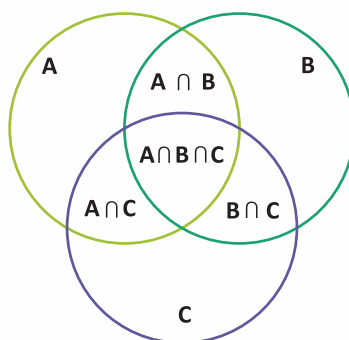
Pode ser definido por:

-Enumerando todos os elementos do conjunto: $S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$

-Simbolicamente: $B = \{x \in \mathbb{N} | x < 8\}$, enumerando esses elementos temos:

$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$

– Diagrama de Venn



Há também um conjunto que não contém elemento e é representado da seguinte forma: $S = \emptyset$ ou $S = \{\}$.

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

A é subconjunto de B

Ou A é parte de B

A está contido em B escrevemos: $A \subset B$

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B: $A \not\subset B$

Símbolos

\in : pertence

\notin : não pertence

\subset : está contido

$\not\subset$: não está contido

\supset : contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

\Rightarrow : implica que

\Leftrightarrow : se, e somente se

\exists : existe

\nexists : não existe



LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE UBÁ

O povo do Município de São José de Ubá, consciente de suas responsabilidades perante Deus, a Pátria, o Estado do Rio de Janeiro, o Município de São José de Ubá e a Sociedade, por seus legítimos representantes, reunidos em Assembléia e animado pela vontade de confirmar o Estado Democrático de Direito, comprometendo-se a respeitar, valorizar e atender aos princípios estabelecidos nas Constituições da República Federativa do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro, APROVOU e PROMULGOU a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – O Município de São José de Ubá, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição e por esta Lei Orgânica.

Art. 2º – O território do Município é constituído de um único Distrito, com área de 249Km² e tem como confrontantes os seguintes Municípios: ao norte e a leste com Itaperuna; ao sul e a sudeste, com Cambuci; a oeste com Miracema; e, a sudoeste com Santo Antônio de Pádua.

Art. 3º – A criação e organização de distritos dependem de lei, após consulta plebiscitária às populações diretamente interessadas, observada a legislação estadual pertinente.

Art. 4º – A sede do Município dá-lhe o nome e tem categoria de cidade.

Art. 5º – O Município de São José de Ubá integra a divisão Administrativa do Estado.

Art. 6º – Constituem bens do Município todas as coisas móveis, imóveis e semoventes e direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Parágrafo Único – O Município tem direito à participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para geração de energia elétrica e de outros recursos minerais de seu território.

Art. 7º – São símbolos do Município, o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura histórica.

Art. 8º – Os direitos individuais e coletivos, na forma de art. 5º da Constituição Federal, integram esta Lei Orgânica e serão impressos e fixados em todas as repartições públicas do Município, nas Escolas, nos Hospitais ou em qualquer local de acesso público para que todos possam, permanentemente, tomar ciência, exigir o seu cumprimento por parte das autoridades e cumprir por sua parte, o que cabe a cada cidadão habitante deste Município ou que em seu território transite.

Art. 9º – São objetos fundamentais dos cidadãos deste Município e de seus representantes:

I – assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento local e regional;

III – contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional;

IV – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e na zona rural; e,

V – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, ideologia política ou religiosa e quaisquer outras formas de discriminação.



Conhecimentos Específicos

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.

Fernando Collor de Mello foi responsável pela sanção das leis que promoviam a criação e a organização do SUS.

*OBSERVAÇÃO: Recomenda-se a leitura na íntegra da Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990, ambas da Constituição Federal

Lei nº8.080, de 19 de setembro de 1990 da Constituição Federal: Também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, traz em seu texto original: “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação de saúde, organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”.

Em referência a essa lei, os objetivos do SUS consistem em identificar fatores determinantes da saúde, formular políticas destinadas a promover nos âmbitos econômico e social, condições para pleno exercício da saúde e aplicar ações assistenciais de proteção, promoção e recuperação com enfoque em atividades preventivas.

Além disso, determina atribuições do SUS voltadas para a vigilância sanitária e epidemiológica, participação ativa em estratégias em saneamento básico e o desenvolvimento técnico-científico, com o intuito de ampliar as atribuições sob responsabilidade dos órgãos gestores do SUS, como o Ministério da Saúde e secretarias estaduais e municipais de saúde.

Lei 8.142, de 28 de dezembro de 1990 da Constituição Federal: É o resultado da luta pela democratização dos serviços de saúde. Traz em seu texto original o objetivo: “Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

A partir da criação dessa lei, foram criados também os Conselhos e as Conferências de Saúde, que são de extrema importância para o controle social do SUS. Os Conselhos de Saúde foram constituídos afim de fiscalizar, formular e promover ações deliberativas acerca das políticas de saúde.

Em seu texto, traz que a Conferência de Saúde é um espaço voltado para discussões sobre as políticas de saúde em todas as esferas governamentais, acontecendo de maneira ordinária a cada 4 anos em formato de fórum de discussão afim de avaliar e propor mudanças e novas políticas de saúde. Dentre as conferências nacionais, a mais importante que já aconteceu até os dias atuais foi a 8ª Conferência Nacional de Saúde de 1986, que ficou conhecida como o pontapé inicial para a inclusão da saúde no âmbito legislativo do país.

Por fim, determina que a representação dos usuários do SUS dentro desses conselhos e conferências deve ser paritária em relação aos demais seguimentos, em outras palavras, 50% dos representantes devem ser usuários do SUS.